



## **Informações Trimestrais**

**Preparadas de Acordo com as  
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis  
às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco  
Central do Brasil**

**Banco RCI Brasil S.A.**

**30 de setembro de 2022**

## Índice das Informações Trimestrais

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	2
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	4
Informações Trimestrais	
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações dos Resultados	8
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Demonstrações do Valor Adicionado	12
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	13
Relação dos Administradores	33
<b>Declarações:</b>	
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	34
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	35

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

## Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

## Evento Societário

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Dividendos intercalares, à conta do resultado apurado no período pela Companhia, no valor total de R\$ 30.000 (trinta milhões de reais), os quais foram pagos em julho de 2022.

## Patrimônio Líquido e Resultados

O patrimônio líquido atingiu R\$1.533 milhões em 30 de setembro de 2022, apresentando evolução de 1% em relação a R\$1.525 milhões em 31 de dezembro de 2021. O lucro líquido apresentado no período findo em 30 de setembro de 2022 foi de R\$114 milhões (30/09/2021 - R\$121 milhões).

## Ativos e Passivos

Em 30 de setembro de 2022, os ativos totais atingiram R\$10.895 milhões (31/12/2021 – R\$10.734 milhões) e estão representados, principalmente, pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante líquido de R\$8.766 milhões (31/12/2021 – R\$9.124 milhões).

Em 30 de setembro de 2022, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas, principalmente, por depósitos interfinanceiros no montante de R\$3.514 milhões (31/12/2021 – R\$3.409 milhões), recursos de aceites cambiais e emissão de títulos e letras financeiras em R\$5.153 milhões (31/12/2021 – R\$5.102 milhões).

## Conjuntura Econômica

Ao final do terceiro trimestre de 2022, o Banco RCI Brasil observou a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 2,7% em 2022 frente à expansão de 4,6% no ano anterior. A projeção para 2022 é maior que a observada no final do segundo trimestre e, na avaliação do Banco RCI Brasil, foi influenciada pela recente publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou além do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral interanual de 2,7% para o segundo trimestre de 2022, enquanto o crescimento efetivo foi de 3,2%. Além disso, parece-nos que a revisão também foi impulsionada pela aprovação de novos estímulos fiscais e tributários temporários a serem implementados ao longo do segundo semestre. Os dados de atividade econômica divulgados superaram também nossa estimativa de crescimento do PIB no trimestre anterior - estimávamos alta de 3,1% - e, juntamente com os estímulos mencionados anteriormente, levaram-nos a revisar nossa expectativa sobre qual será a expansão em 2022. Ao invés da estimativa de 1,2% anterior, projetamos atualmente crescimento de 2,6% em 2022.

No último trimestre, o Banco RCI Brasil testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 7,2%, patamar acima da meta de 3,5% determinada para 2022 e superior ao valor de 6,3% projetado para o mesmo ano. O Banco RCI Brasil, entende que este

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

ambiente inflacionário e o balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 11,75% a.a. para 13,75% a.a. entre o final do terceiro trimestre de 2022 e o trimestre anterior. O Banco RCI Brasil, julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco RCI Brasil projeta que a taxa Selic atingirá 5,3% a.a. ao final de 2023 e 3,0% a.a. no encerramento de 2024.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco RCI Brasil viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o terceiro trimestre de 2022 cotada a R\$5,41/US\$. Ou seja, acima da cotação de R\$5,24/US\$ verificada no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de desvalorização do real está alinhada com nossa previsão de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2022 cotada a R\$5,30/US\$.

Os desempenhos mencionados anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco RCI Brasil julgou desfavorável e que teve como destaques os seguintes temas: 1) manutenção de pressões inflacionárias ao redor do globo; 2) sinalização de ajuste mais extenso na política monetária dos EUA; 3) intensificação no ritmo de normalização da política monetária na Zona do Euro; 4) novos surtos de contaminação de COVID-19 na China, provocando reimplantação de lockdowns em cidades importantes do país como Shanghai e Beijing e; 5) recrudescimento das tensões geopolíticas entre China e EUA por conta de Taiwan e Guerra na Ucrânia. No ambiente doméstico, o Banco RCI Brasil entende que os principais temas foram os seguintes: 1) aprovação de medidas tributárias para tentar aliviar pressões inflacionárias, que elevaram o desconforto com a dinâmica das contas públicas nos anos à frente; 2) aprovação de emenda constitucional elevando despesas públicas e também aumentando a preocupação com a trajetória do endividamento público a médio prazo e; 3) início oficial da campanha eleitoral presidencial, com reforço da natureza polarizada do pleito deste ano.

### Auditoria Independente

A política de atuação do Banco RCI Brasil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander, do qual o Banco RCI Brasil passou a integrar em 26 de dezembro de 2017.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, o Banco RCI Brasil informa que no período findo em 30 de setembro de 2022, não foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Informações Trimestrais.

### Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 11 de novembro de 2022.

**O Conselho de Administração**

**A Diretoria**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Nunes Machado, 68 – Torre A - 10º andar  
80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
www.kpmg.com.br

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR**

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas do  
Banco RCI Brasil S.A.  
Curitiba - PR

### **Introdução**

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais do Banco RCI Brasil S.A. (“Banco”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações financeiras intermediárias individuais, incluídas nas



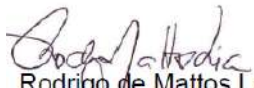
informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

#### **Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado**

As informações financeiras intermediárias individuais, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações financeiras intermediárias individuais e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado individual não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Curitiba, 11 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC PR-007945/F-7

  
Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP-252418/O-3

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Balanco Patrimonial**

	Notas Explicativas	30/09/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>		<b>5.153.876</b>	<b>5.062.046</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>64.060</b>	<b>5.050</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.094.841</b>	<b>5.030.977</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>4</b>	103.663	27.000
Títulos e Valores Mobiliários	<b>5.a</b>	256.598	106.027
Operações de Crédito	<b>8.b</b>	4.427.407	4.556.935
Outros Ativos Financeiros	<b>6</b>	307.173	341.015
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>8.c</b>	<b>55.600</b>	<b>95.383</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.f</b>	<b>(115.991)</b>	<b>(114.291)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>10</b>	<b>45.050</b>	<b>41.751</b>
<b>Ativos Fiscais Correntes</b>	<b>9.a</b>	<b>10.316</b>	<b>3.176</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>5.741.233</b>	<b>5.672.010</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.313.498</b>	<b>5.223.222</b>
Títulos e Valores Mobiliários	<b>5.a</b>	866.470	676.979
Instrumentos Financeiros Derivativos		185.301	142.565
Operações de Crédito	<b>8.b</b>	4.261.727	4.403.678
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>8.c</b>	<b>21.736</b>	<b>67.566</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.f</b>	<b>(197.896)</b>	<b>(185.588)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>10</b>	<b>231.670</b>	<b>226.665</b>
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>9.b</b>	<b>366.264</b>	<b>333.210</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>2.483</b>	<b>2.815</b>
Imobilizado de Uso		5.536	5.575
Depreciações Acumuladas		(3.053)	(2.760)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>3.478</b>	<b>4.120</b>
Ativos Intangíveis		9.896	9.889
Amortizações Acumuladas		(6.418)	(5.769)
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.895.109</b>	<b>10.734.056</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	30/09/2022	31/12/2021
<b>Passivo Circulante</b>		<b>3.446.868</b>	<b>3.709.904</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>2.991.606</b>	<b>3.353.081</b>
Depósitos	13.a	1.524.150	1.640.417
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	1.448.615	1.636.541
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	13.609	70.145
Outros Passivos Financeiros		5.232	5.978
<b>Outros Passivos</b>	<b>14</b>	<b>331.770</b>	<b>238.101</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>9.c</b>	<b>123.492</b>	<b>118.722</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>5.914.869</b>	<b>5.499.602</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>5.712.557</b>	<b>5.159.115</b>
Depósitos	13.a	1.990.025	1.768.157
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	13.b	3.704.753	3.376.442
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.b	17.779	14.516
<b>Outros Passivos</b>	<b>14</b>	<b>114.402</b>	<b>197.002</b>
<b>Obrigações Fiscais</b>	<b>9.c</b>	<b>87.910</b>	<b>143.485</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>1.533.372</b>	<b>1.524.550</b>
Capital Social		985.225	985.225
Reservas de Lucros		500.478	416.564
Ajustes de Avaliação Patrimonial		47.669	122.761
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.533.372</b>	<b>1.524.550</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>10.895.109</b>	<b>10.734.056</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações dos Resultados**

	Nota	01/07 a 30/09/2022	30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	30/09/2021
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>549.874</b>	<b>1.475.346</b>	<b>388.865</b>	<b>1.130.518</b>
Operações de Crédito		323.568	926.728	275.280	819.224
Operações de Arrendamento Mercantil		53.991	179.856	95.151	273.983
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		59.702	148.977	15.536	31.766
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		102.655	192.577	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		9.958	27.208	2.898	5.545
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(381.879)</b>	<b>(1.084.416)</b>	<b>(257.945)</b>	<b>(736.633)</b>
Operações de Captação no Mercado		(288.839)	(756.567)	(122.278)	(289.581)
Operações de Arrendamento Mercantil		(51.733)	(172.142)	(90.888)	(267.050)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(41.307)	(155.707)	(33.802)	(89.381)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	(10.977)	(90.621)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>167.995</b>	<b>390.930</b>	<b>130.920</b>	<b>393.885</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(65.115)</b>	<b>(180.239)</b>	<b>(66.704)</b>	<b>(185.098)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		3.117	9.532	2.995	8.664
Rendas de Tarifas Bancárias	18	16.077	39.121	13.156	43.970
Despesas de Pessoal		(12.278)	(33.921)	(11.223)	(33.969)
Outras Despesas Administrativas	19	(51.304)	(143.928)	(69.435)	(153.383)
Despesas Tributárias		(11.458)	(28.661)	(7.625)	(23.139)
Outras Receitas Operacionais	20	36.335	102.126	24.816	64.868
Outras Despesas Operacionais	21	(45.604)	(124.508)	(19.388)	(92.109)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>102.880</b>	<b>210.691</b>	<b>64.216</b>	<b>208.787</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	22	<b>403</b>	<b>1.343</b>	<b>1.267</b>	<b>12.845</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>103.283</b>	<b>212.034</b>	<b>65.483</b>	<b>221.632</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	9.d	<b>(44.704)</b>	<b>(95.426)</b>	<b>(33.985)</b>	<b>(98.212)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(27.125)	(84.274)	(32.868)	(79.518)
Provisão para Contribuição Social		(15.342)	(46.864)	(18.696)	(47.261)
Ativo Fiscal Diferido		(2.237)	35.712	17.579	28.567
<b>Participação dos Empregados no Lucro</b>		<b>(963)</b>	<b>(2.694)</b>	<b>(894)</b>	<b>(2.609)</b>
<b>Lucro Líquido</b>		<b>57.616</b>	<b>113.914</b>	<b>30.604</b>	<b>120.811</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

	01/07 a 30/09/2022	30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	30/09/2021
<b>Lucro Líquido</b>	<b>57.616</b>	<b>113.914</b>	<b>30.604</b>	<b>120.811</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes que podem ser reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas</b>	<b>(76.683)</b>	<b>(75.093)</b>	<b>47.878</b>	<b>141.920</b>
<b>Ativo Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>46</b>	<b>(3)</b>	<b>21</b>	<b>24</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	<b>88</b>	(5)	<b>39</b>	45
Imposto de Renda	<b>(42)</b>	2	<b>(18)</b>	(21)
<b>Hedges de fluxo de caixa</b>	<b>(76.729)</b>	<b>(75.090)</b>	<b>47.857</b>	<b>141.896</b>
Ajuste ao Valor de Mercado	<b>(146.315)</b>	(143.185)	<b>92.469</b>	273.296
Imposto de Renda	<b>69.586</b>	68.095	<b>(44.612)</b>	(131.400)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>(19.067)</b>	<b>38.821</b>	<b>78.482</b>	<b>262.731</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de Lucro					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>985.225</b>	<b>71.076</b>	<b>388.025</b>	<b>(38.875)</b>	-	<b>1.405.452</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	141.920	-	<b>141.920</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	120.811	<b>120.811</b>
<b>Destinações:</b>						-
Reserva Legal	-	6.041	-	-	(6.041)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	114.770	-	(114.770)	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2021</b>	<b>985.225</b>	<b>77.117</b>	<b>502.795</b>	<b>103.046</b>	-	<b>1.668.183</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>985.225</b>	<b>78.950</b>	<b>337.614</b>	<b>122.761</b>	-	<b>1.524.550</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	(75.092)	-	<b>(75.092)</b>
Lucro Líquido	-	-	-	-	113.914	<b>113.914</b>
<b>Destinações:</b>						
Dividendos	-	-	-	-	(30.000)	<b>(30.000)</b>
Reserva Legal	-	5.696	-	-	(5.696)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	78.218	-	(78.218)	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2022</b>	<b>985.225</b>	<b>84.646</b>	<b>415.832</b>	<b>47.669</b>	-	<b>1.533.372</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações de Fluxo de Caixa**

	Nota	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro Líquido</b>		<b>113.914</b>	<b>120.811</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>125.164</b>	<b>74.196</b>
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	155.707	89.381
Ativos e Passivos Fiscais Diferidos		(35.712)	(28.567)
Depreciações e Amortizações		975	489
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	17.199	16.369
Atualização de Depósitos Judiciais	20	(7.572)	(2.637)
Atualização de Impostos a Compensar	20	(5.433)	(839)
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(857.467)</b>	<b>(721.792)</b>
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(511.164)	(64.752)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		215.393	585.030
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		33.842	(49.289)
Redução (aumento) em Outros Créditos		219	158.241
Redução em Depósitos		105.601	(1.204.803)
Redução (aumento) em Outras Obrigações		(576.523)	(113.728)
<b>Impostos Pagos</b>		<b>(124.835)</b>	<b>(32.491)</b>
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>		<b>(618.389)</b>	<b>(526.785)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado de Uso		7	(80)
Aplicações e Alienações no Intangível		(8)	(19)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(1)</b>	<b>(99)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Emissão de Obrigações de Longo Prazo		1.378.299	1.847.844
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(594.236)	(1.284.450)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	(30.000)	(46.750)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento</b>		<b>754.063</b>	<b>516.644</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>135.673</b>	<b>(10.240)</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	4	<b>32.050</b>	<b>656.145</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	4	<b>167.723</b>	<b>645.905</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstrações do Valor Adicionado**

	Nota	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
Receitas da Intermediação Financeira		1.475.346	1.039.897
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		48.655	52.635
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.f	(155.707)	(89.381)
Outras Receitas (Despesas)		(21.039)	(37.668)
Despesas da Intermediação Financeira		(928.709)	(556.631)
<b>Insumos de Terceiros</b>		<b>(142.354)</b>	<b>(128.696)</b>
Serviços de Terceiros		(41.796)	(36.646)
Outros		(100.558)	(92.050)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>276.192</b>	<b>280.156</b>
<b>Retenções:</b>			
Depreciações e Amortizações		(975)	(489)
<b>Valor Adicionado Bruto a Distribuir</b>		<b>275.217</b>	<b>279.667</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>		<b>31.705</b>	<b>31.199</b>
Remuneração		23.076	22.454
Benefícios		5.777	5.307
FGTS		1.691	2.174
Outras		1.161	1.264
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>128.997</b>	<b>126.731</b>
Federais		125.910	122.767
Municipais		3.087	3.964
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		601	926
Remuneração de Capitais Próprios		113.914	120.811
<b>Total</b>		<b>275.217</b>	<b>279.667</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Informações Trimestrais.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

## 2. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco RCI Brasil, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passou a vigorar em vigor em 1º de janeiro de 2022, onde foi objeto de avaliação e análise por parte do Banco RCI Brasil para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos, não gerando impactos significativos nesta Informação Trimestral.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. O Banco RCI Brasil iniciou as avaliações de impacto e alterações que serão devidos para adequação aos requerimentos da resolução.

A preparação das Informações Trimestrais requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2022, na reunião realizada em 12 de novembro de 2022.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### 3. Principais Práticas Contábeis

#### a) Alterações em Práticas Contábeis:

Não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para o período findo em 30 de setembro de 2022, com exceção das alterações mencionadas nos parágrafos a seguir:

##### a.1) Investimento

A Resolução CMN nº 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, tem como alteração principal a extinção do COSIF "Ações e cotas" do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como Títulos e Valores Mobiliários. A Resolução passou a vigorar a partir de janeiro de 2022, não havendo impactos materiais por essa alteração.

##### a.2) Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco RCI Brasil avaliou os impactos e alterações necessárias para atender sua implementação e concluiu que não há impactos materiais.

##### a.3) Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/2021 dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dentre as alterações propostas, destaca-se principalmente a extinção do Grupo 5 – Rendidas de Exercícios Futuros, sendo conseqüentemente todos os montantes do mesmo transferidos à linha de Outros Passivos. O Banco realizou os ajustes devidos impactados por essa resolução.

#### b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações Trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

#### c) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### d) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

#### e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### f) Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

#### g) Títulos e Valores Mobiliários

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - Títulos para negociação;
- II - Títulos disponíveis para venda; e
- III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período.

#### **h) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "Hedge" de risco de mercado; e
- II - "Hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## **i) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)**

A Resolução CMN nº 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- b) Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco RCI Brasil passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

## **j) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

## **k) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

### **k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

## **I) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

### **I.1) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

### **I.2) Intangível**

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

## **m) Captações, Emissões e Outros Passivos**

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 13).

## **n) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as ações judiciais cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15.f) e para as ações judiciais cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras Semestrais.

## **o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

#### **p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

#### **q) Juros sobre o Capital Próprio**

A Resolução delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

#### **r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

#### **s) Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das Demonstrações Financeiras Semestrais são revisadas pelo menos Trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e a realização dos ativos fiscais diferidos. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

#### t) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

- próprios;
- recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

#### u) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/15 e nº 3.174/03), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

#### v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, a administração do Banco RCI Brasil considera que o lucro líquido do Banco do período findo de 30 setembro 2022, no montante de R\$ 113.914 milhões, (em 30 setembro 2021, no montante de R\$ 120.811 milhões), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2021	31/12/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>64.060</b>	<b>5.050</b>	<b>614.000</b>	<b>38.033</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>103.663</b>	<b>27.000</b>	<b>31.905</b>	<b>618.112</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	103.663	27.000	31.905	618.112
<b>Total</b>	<b>167.723</b>	<b>32.050</b>	<b>645.905</b>	<b>656.145</b>

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021, 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

### 5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

#### a) Títulos e Valores Mobiliários

##### l) Resumo da Carteira por Categorias

	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>1.123.072</b>	<b>(4)</b>	<b>1.123.068</b>	<b>783.006</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>256.602</b>	<b>(4)</b>	<b>256.598</b>	<b>106.027</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	256.602	(4)	256.598	106.027
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>866.470</b>	<b>-</b>	<b>866.470</b>	<b>676.979</b>
Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Venda de Veículos)	866.470	-	866.470	676.979
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.123.072</b>	<b>(4)</b>	<b>1.123.068</b>	<b>783.006</b>
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos – Ativo</b>	<b>1.123.072</b>	<b>(4)</b>	<b>1.123.068</b>	<b>783.006</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

As cotas de fundos de investimento em direitos creditórios contemplam os efeitos de harmonização com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, referentes à avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

## II) Abertura por Vencimento

30/09/2022			
	De 3 a 12 meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>256.598</b>	<b>866.470</b>	<b>1.123.068</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>256.598</b>	-	<b>256.598</b>
LFT	<b>256.598</b>	-	<b>256.598</b>
<b>Títulos Privados</b>	-	<b>866.470</b>	<b>866.470</b>
FIDC Venda de Veículos <sup>(1)</sup>	-	<b>866.470</b>	<b>866.470</b>
<b>Total</b>	<b>256.598</b>	<b>866.470</b>	<b>1.123.068</b>

(1) Referem-se a Cotas Subordinadas, cujo prazo de encerramento do FIDC é junho de 2026, conforme seu regulamento.

Para a abertura por vencimento das LFT's e dos FIDC's foi utilizado o critério de vencimento dos títulos e o prazo de encerramento dos FIDC's, respectivamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base nas referências dos preços de mercado e suas perdas associadas ao risco de crédito atualizadas pelos critérios da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil.

### b) Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge de Fluxo de Caixa

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos está relacionado a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco RCI Brasil nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco RCI Brasil tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

## I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/09/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
"Swap" Negociação – Diferencial a Receber	2.054	-
"Swap" Hedge de Fluxo de Caixa - Diferencial a Receber	151.860	<b>57.905</b>
<b>Total</b>	<b>153.914</b>	<b>57.905</b>

No período findo em 30 de setembro de 2022, foram reconhecidas resultados com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$192.577 (30/09/2021 - R\$90.621).

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais**

	30/09/2022			31/12/2021		
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado
<b>"Swap" – Negociação</b>						
<b>Ativo</b>	<b>610.000</b>	<b>657.911</b>	<b>660.638</b>	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	610.000	657.911	660.638	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>(610.000)</b>	<b>(657.466)</b>	<b>(658.584)</b>	-	-	-
Taxa de Juros Pré – Reais	(610.000)	(657.466)	(658.584)	-	-	-
<b>"Swap" – Negociação</b>	<b>-</b>	<b>445</b>	<b>2.054</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>"Swap" – Hedge Fluxo de caixa</b>						
<b>Ativo</b>	<b>4.591.905</b>	<b>5.104.473</b>	<b>5.205.745</b>	<b>3.864.350</b>	<b>4.129.899</b>	<b>4.233.960</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros – Taxa referencial (DI)	4.591.905	5.104.473	5.205.745	3.864.350	4.129.899	4.233.960
<b>Passivo</b>	<b>(4.591.905)</b>	<b>(5.043.515)</b>	<b>(5.053.885)</b>	<b>(3.864.350)</b>	<b>(4.265.887)</b>	<b>(4.176.055)</b>
Taxa de Juros Pré – Reais	(4.591.905)	(5.043.515)	(5.053.885)	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)
<b>"Swap" - Hedge Fluxo de caixa</b>	<b>-</b>	<b>60.958</b>	<b>151.860</b>	<b>-</b>	<b>(135.888)</b>	<b>57.905</b>

**III) Estratégias de Hedge – Hedge de Fluxo de Caixa**

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade e foram efetivos no período conforme estabelecido na Circular Bacen 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

- O Banco RCI Brasil possui operações de hedge cujos objetos são captações através de Letras Financeiras (LF), Letras de Câmbio (LC) e Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Banco RCI Brasil consistem em hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos. As operações de hedge foram designadas entre maio de 2019 a setembro de 2022 e os vencimentos são entre outubro de 2022 e setembro de 2025.
- Em hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado.

Estratégias	30/09/2022			Objetos de Hedge
	Instrumentos de Hedge			
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor Contábil
<b>Contratos de Swap</b>				
Hedge de Captações	(4.591.905)	(5.043.515)	(5.053.885)	(5.416.987)
<b>31/12/2021</b>				
Estratégias	Instrumentos de Hedge			Objetos de Hedge
	Valor Referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	
<b>Contratos de Swap</b>				
Hedge de Captações	(3.864.350)	(4.265.887)	(4.176.055)	(4.799.882)

O efeito da marcação a mercado dos contratos de *swap* ativos está contabilizado no patrimônio líquido e corresponde ao valor de R\$90.902 (31/12/2021 - R\$234.087) brutos e R\$47.669 (31/12/2021 - R\$122.762) líquido dos efeitos tributários.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

#### IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento – Ativos

				Valor Referencial	
				30/09/2022	31/12/2021
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	610.000	-	-	610.000	-
Operações de Hedge	753.300	1.439.650	2.398.955	6.031.555	3.864.350
<b>Total</b>	<b>1.363.300</b>	<b>1.439.650</b>	<b>2.398.955</b>	<b>5.201.905</b>	<b>3.864.350</b>

#### V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

#### VI) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o mercado de negociação das operações com derivativos é o mercado de balcão (operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen).

#### 6. Relações Interfinanceiras

O montante de R\$307.173 (31/12/2021 R\$341.015) da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

#### 7. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência: (i) informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e (ii) Curva Cupom IPCA: utilizado as taxas de swaps da B3 e após 1 ano as Yields de NTN-B conforme divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e também são subtraídas dessas Yields o valor do spread de NTN-B versus DAP (Contrato Futuro de Cupom de IPCA).

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de setembro de 2022, não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré e Pós -Fixadas	(307)	(8.262)	(15.113)
<b>Total (1)</b>		<b>(307)</b>	<b>(8.262)</b>	<b>(15.113)</b>

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições.

**Cenário 1:** uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 8. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

### a) Composição Carteira de Crédito e Arrendamento

	30/09/2022	31/12/2021
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	1.105.945	1.196.003
Financiamentos - CDC Veículos	7.583.189	7.764.610
Operação de Arrendamento	77.336	162.949
<b>Total</b>	<b>8.766.470</b>	<b>9.123.562</b>

### Composição Carteira de Crédito e Arrendamento por Vencimento

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	30/09/2022	31/12/2021
Vencidas	76.871	71.174
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	1.870.604	1.939.294
De 3 a 12 Meses	2.612.403	2.713.024
De 1 a 5 Anos	4.201.514	4.394.996
Acima de 5 Anos	5.078	5.074
<b>Total</b>	<b>8.766.470</b>	<b>9.123.562</b>

### b) Carteira de Créditos

	30/09/2022	31/12/2021
Operações de Crédito:		
Financiamentos – Floorplan	1.105.945	1.196.003
Financiamentos - CDC Veículos	7.583.189	7.764.610
<b>Total</b>	<b>8.689.134</b>	<b>8.960.613</b>

Carteira por Vencimento (parcela) - Operações de Crédito	30/09/2022	31/12/2021
Vencidas	74.724	68.047
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	1.852.880	1.910.283
De 3 a 12 Meses	2.574.527	2.646.652
De 1 a 5 Anos	4.181.925	4.330.557
Acima de 5 Anos	5.078	5.074
<b>Total</b>	<b>8.689.134</b>	<b>8.960.613</b>

### c) Carteira de Arrendamento

	30/09/2022	31/12/2021
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	85.932	188.332
Arrendamentos a Receber	27.133	59.019
Valores Residuais a Realizar <sup>(1)</sup>	58.799	129.313
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(25.447)	(55.959)
Valores Residuais a Balancear	(58.799)	(129.313)
Depreciações Acumuladas	(288.150)	(390.685)
Superveniências de Depreciações	283.227	397.646
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	946	1.307
Outros Valores e Bens	239	258
Imobilizado de Arrendamento	361.329	564.801
Credores por Antecipação de Valor Residual	(281.941)	(413.438)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>77.336</b>	<b>162.949</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

### Carteira de Arrendamento por Vencimento

Carteira de Arrendamento a Valor Presente (parcela)	30/09/2022	31/12/2021
Vencidas	2.147	3.127
<b>A Vencer:</b>		
Até 3 Meses	17.724	29.011
De 3 a 12 Meses	37.876	66.372
De 1 a 5 Anos	19.589	64.439
<b>Total</b>	<b>77.336</b>	<b>162.949</b>



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

#### d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

Setor Privado	30/09/2022	31/12/2021
Indústria	73.698	62.855
Comércio	1.382.035	1.411.468
Instituições Financeiras	685	671
Serviços e Outros	478.605	438.937
Pessoas Físicas	6.829.149	7.207.642
Agricultura	2.298	1.987
<b>Total</b>	<b>8.766.470</b>	<b>9.123.560</b>

#### e) Carteira e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco (contrato)

% Provisão		Carteira de Créditos				30/09/2022	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Provisão Total
AA	-	554.144	-	554.144	-	-	-
A	0,5%	6.463.395	-	6.463.367	32.317	-	32.317
B	1%	826.925	167.027	993.952	9.940	-	9.940
C	3%	206.372	143.508	349.880	10.496	-	10.496
D	10%	39.813	63.329	103.142	10.314	-	10.314
E	30%	19.519	36.953	56.472	16.942	-	16.942
F	50%	5.202	31.265	36.467	18.234	6.609	24.843
G	70%	2.546	19.451	21.997	15.398	6.588	21.986
H	100%	28.167	158.854	187.049	187.049	-	187.049
<b>Total</b>		<b>8.146.083</b>	<b>620.387</b>	<b>8.766.470</b>	<b>300.660</b>	<b>13.197</b>	<b>313.887</b>

% Provisão		Carteira de Créditos				31/12/2021	
Nível de Risco	Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Requerida	Adicional <sup>(2)</sup>	Provisão Total
AA	-	475.665	-	475.665	-	-	-
A	0,5%	5.823.139	-	5.823.139	29.115	-	29.115
B	1%	1.842.079	178.298	2.020.377	20.204	-	20.204
C	3%	256.750	141.614	398.364	11.951	-	11.951
D	10%	61.365	74.265	135.630	13.563	-	13.563
E	30%	16.694	33.363	50.057	15.017	662	15.679
F	50%	5.560	30.850	36.410	18.205	7.264	25.469
G	70%	9.723	30.591	40.314	28.220	12.074	40.294
H	100%	14.726	128.880	143.606	143.604	-	143.604
<b>Total</b>		<b>8.505.701</b>	<b>617.861</b>	<b>9.123.562</b>	<b>279.879</b>	<b>20.000</b>	<b>299.879</b>

(1) Composto por operações que incluem parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

#### f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 31/12/2021
<b>Saldo Inicial</b>	<b>299.879</b>	<b>269.446</b>
Constituição (Reversão)	155.707	165.537
Baixas	(141.699)	(135.104)
<b>Saldo Final</b>	<b>313.887</b>	<b>299.879</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>	<b>24.213</b>	<b>23.798</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito e de operações de arrendamento mercantil.

No período findo em 30 de setembro de 2022 as renegociações atingiram o montante de R\$264.296 (30/09/2021 R\$245.810).

## 9. Ativos e Passivos Fiscais

### a) Ativos Fiscais Correntes

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está representado por Impostos e Contribuições a Compensar.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## b) Ativos Fiscais Diferidos

### b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldos em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldos em 30/09/2022
	30/09/2022	31/12/2021				
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	570.356	522.908	235.309	79.764	(58.412)	256.660
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	7.260	6.641	2.988	2.871	(2.593)	3.267
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	122.071	110.450	49.211	5.405	(176)	54.440
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	9.770	13.047	5.871	1.039	(2.513)	4.397
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	31	-	-	70	(55)	14
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	33	-	-	8	(6)	2
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos disponíveis para venda e hedges de fluxo de caixa - IR/CS	19.949	4.005	1.803	9.130	(1.955)	8.977
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	20.922	4.201	195	989	(212)	973
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	4.705	5.671	2.552	1.212	(1.647)	2.117
Outras Provisões Temporárias	78.706	78.401	35.281	11.808	(11.671)	35.417
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>833.802</b>	<b>745.325</b>	<b>333.210</b>	<b>112.295</b>	<b>(79.241)</b>	<b>366.264</b>
Prejuízos Fiscais	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>833.802</b>	<b>745.325</b>	<b>333.210</b>	<b>112.295</b>	<b>(79.241)</b>	<b>366.264</b>

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, o Banco RCI Brasil não possui ativos fiscais diferidos não contabilizados.

### b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	30/09/2022				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Fiscais	Total
2022	15.305	12.244	60	-	27.610
2023	62.063	49.159	244	-	111.466
2024	57.282	45.826	244	-	103.352
2025	58.944	47.156	244	-	106.344
2026	3.740	2.992	183	-	6.916
2027 a 2031	5.876	4.701	-	-	10.577
<b>Total</b>	<b>203.212</b>	<b>162.078</b>	<b>974</b>	<b>-</b>	<b>366.264</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

### b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos Ativos Fiscais Diferidos é de R\$319.911 (31/12/2021 - R\$315.716), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os exercícios correspondentes.

## c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores envolvidos em processos judiciais e administrativos.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	30/09/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Pagar	7.275	7.306
Passivos Fiscais Diferidos	124.766	193.574
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	79.361	61.327
<b>Total</b>	<b>211.402</b>	<b>262.207</b>

**c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos**

	Origens		Saldos em		Constituição	Realização	Saldos em
	30/09/2022	31/12/2021	31/12/2021	30/09/2022			
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - IR/CS	108185	188.788	84.955	20.196	(56.468)	48.683	
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa - Pis/Cofins	113.461	197.995	9.208	2.189	(6.120)	5.276	
Superveniência de Arrendamento Mercantil	283.227	397.646	99.411	-	(28.605)	70.806	
<b>Total</b>	<b>504.874</b>	<b>784.429</b>	<b>193.574</b>	<b>22.385</b>	<b>(91.192)</b>	<b>124.766</b>	

**c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos**

Ano	Diferenças Temporárias				30/09/2022
	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	Total	Total
2022	15.852	1.352	330	17.534	17.534
2023	20.923	5.409	1.319	27.651	27.651
2024	20.923	5.409	1.319	27.651	27.651
2025	20.923	5.409	1.319	27.651	27.651
2026	19.232	4.058	989	24.279	24.279
<b>Total</b>	<b>97.853</b>	<b>21.637</b>	<b>5.276</b>	<b>124.766</b>	<b>124.766</b>

**d) Imposto de Renda e Contribuição Social**

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	212.034	50.957
Participações no Lucro	(2.694)	(902)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>209.340</b>	<b>50.055</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 21%, Respectivamente</b>	<b>(96.296)</b>	<b>(22.525)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	10.473	181
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(1.056)	(282)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(9.822)	-
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL	1.276	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(95.426)</b>	<b>(22.626)</b>

**10. Outros Ativos**

	30/09/2022	31/12/2021
<b>Devedores por Depósitos em Garantia</b>		
Para Interposição de Recursos Fiscais	187.158	183.806
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	701	3.579
Para Interposição de Recursos Cíveis	22.746	22.756
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	20.828	17.718
Outros Valores e Bens e despesas antecipadas	42.959	39.865
Outros	2.328	692
<b>Total</b>	<b>276.720</b>	<b>268.416</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**11. Imobilizado de Uso**

			30/09/2022	31/12/2021
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.448	(1.224)	1.224	1.392
Sistemas de Segurança e Comunicações	146	(115)	31	28
Sistemas de Processamento de Dados	827	(785)	42	19
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.911	(847)	1.064	1.172
Imobilizações em Curso	204	(82)	122	204
<b>Total</b>	<b>5.536</b>	<b>(3.053)</b>	<b>2.483</b>	<b>2.815</b>

**12. Intangível**

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo no valor de R\$9.896 (31/12/2021- R\$9.889) como custo de aquisição e R\$6.418 (31/12/2021 - R\$5.769) de amortização acumulada.

**13. Captação de Recursos****a) Depósitos**

					30/09/2022	31/12/2021
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros <sup>(1)</sup>	-	656.480	703.200	1.808.910	3.168.590	<b>3.072.122</b>
Depósitos a Prazo <sup>(2)</sup>	-	144.807	7.334	181.057	333.198	<b>325.152</b>
Outros Depósitos <sup>(3)</sup>	12.387	-	-	-	12.387	<b>11.300</b>
<b>Total</b>	<b>12.387</b>	<b>801.287</b>	<b>710.534</b>	<b>1.989.968</b>	<b>3.514.175</b>	<b>3.408.574</b>

(1) Inclui o valor de R\$1.324.812 (31/12/2021 - R\$1.253.259) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI objeto de "hedge" fluxo de caixa e possuem data de emissão entre 19 de outubro de 2018 até 27 de maio de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2026.

(2) Incluiu o valor de R\$151.170 Compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e possuem data de emissão entre 23 de junho de 2020 até 30 de setembro de 2022 e prazo de vencimento entre 2022 e 2025 com possibilidade de antecipação.

(3) Refere-se a pagamentos a maior das parcelas de financiamento de veículos realizados por parte de nossos clientes, disponíveis para resgate.

**b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

					30/09/2022	31/12/2021
		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais <sup>(1)(3)</sup>		70.212	177.160	983.619	1.230.991	<b>1.361.443</b>
Letras Financeiras <sup>(2)(4)</sup>		381.775	951.581	2.589.021	3.922.377	<b>3.651.540</b>
<b>Total</b>		<b>451.987</b>	<b>1.128.741</b>	<b>3.572.640</b>	<b>5.153.368</b>	<b>5.012.983</b>

(1) São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas. Possuem data de emissão entre 14 de outubro de 2019 e 30 de setembro de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2025.

(2) As principais características das Letras Financeiras são: prazo mínimo de dois anos e valor nominal mínimo de R\$ 50. Possuem data de emissão entre 25 de fevereiro 2019 a 29 de março de 2022, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2026 sem possibilidade de antecipação.

(3) Em 30 de setembro de 2022, inclui o valor de R\$267.042 (31/12/2021 - R\$131.609) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

(4) Em 30 de setembro de 2022, inclui o valor de R\$3.673.964 (31/12/2021 - R\$3.415.015) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa.

**14. Outros Passivos**

	30/09/2022	31/12/2021
<b>Sociais e Estatutárias</b>	<b>1.310</b>	<b>2.165</b>
<b>Diversas</b>	<b>444.862</b>	<b>432.938</b>
Provisão para Riscos Fiscais, Obrigações Legais, Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	178.407	172.677
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	157.696	160.206
Seguro Prestamista Financiamento Aymoré	5.996	6.390
Provisões com Despesas de Comissões	17.695	18.746
Provisões com Despesas Profit Share	10.560	7.943
Provisões com Campanhas de Publicidade	7.897	9.649
Outras	66.611	57.327
<b>Total</b>	<b>446.172</b>	<b>435.103</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais****a) Ativos Contingentes**

Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	30/09/2022	31/12/2021
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	161.377	153.037
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 14)</b>	<b>17.030</b>	<b>19.640</b>
Ações Trabalhistas	9.770	12.999
Ações Cíveis	7.260	6.641
<b>Total</b>	<b>178.407</b>	<b>172.677</b>

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	01/01 a 30/09/2022			01/01 a 31/12/2021		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>153.037</b>	<b>12.999</b>	<b>6.641</b>	<b>144.705</b>	<b>14.456</b>	<b>7.872</b>
Constituição Líquida de Reversão e Atualizações Monetárias <sup>(1)</sup>	12.358	(921)	5.762	10.562	(635)	11.637
Pagamentos	(4.018)	(2.308)	(6.380)	(2.230)	(822)	(12.778)
<b>Saldo Final</b>	<b>161.377</b>	<b>9.770</b>	<b>7.260</b>	<b>153.037</b>	<b>12.999</b>	<b>6.641</b>
Depósitos em Garantia – Outros Créditos <sup>(2)</sup>	187.158	827	22.746	183.806	3.688	22.756

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias.

**d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária**

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**PIS e COFINS** - R\$15.117 (31/12/2021 - R\$14.529): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela COFINS apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$122.698 (31/12/2021 - R\$117.018): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível**

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível**

O Banco RCI Brasil possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e", mas para as quais, pelas características individuais, foram avaliadas pelos assessores jurídicos como

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

risco de perda possível, no montante aproximado de R\$45.428 para ações cíveis, R\$2.853 para ações trabalhistas e R\$244.411 para ações fiscais, sendo a principal ação fiscal, descrita no parágrafo abaixo (PIS/COFINS). (31/12/2021 - R\$56.070, R\$2.727 e R\$222.288, respectivamente).

**PIS/COFINS – Auto de Infração** - R\$123.234 (31/12/2021 - R\$112.678): Em março de 2018, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, visando a cobrança dos tributos de PIS e COFINS, referente ao período de agosto de 2013 a junho de 2016, sob alegação de supostas irregularidades na apuração da base de cálculo destes tributos, a saber: (i) não oferecimento à tributação de receitas operacionais apuradas na venda de bens do ativo não circulante; (ii) deduções de despesas não comprovadas; (iii) deduções de insuficiências de depreciação não comprovadas; (iv) apropriação de valores negativos de superveniência de depreciação não comprovados; e (v) não oferecimento à tributação de receitas de juros de mora no leasing. Atualmente, o processo administrativo aguarda decisão..

## 16. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social no valor de R\$985.225 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	80.784	80.556	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	121.385	243.113
<b>Total</b>	<b>202.512</b>	<b>201.941</b>	<b>404.453</b>

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. Em virtude da Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, o Banco deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos no montante equivalente a 30% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

	30/09/2022		
	Em Milhares de Reais		
	Bruto	IRRF	Líquido
Dividendos <sup>(1)</sup>	30.000	-	30.000
<b>Total</b>	<b>30.000</b>	<b>-</b>	<b>30.000</b>

(1) Deliberado na Assembleia Geral Ordinária em 06 de junho de 2022 e pagamento efetuado em 21 de julho de 2022.

### c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do período foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

### d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal no semestre e exercício, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

## 17. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2022 foi fixado o valor máximo de R\$5.249 (2021 - R\$4.853). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco RCI Brasil e no Banco Santander.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco RCI Brasil não possui programa de remuneração de longo prazo ao pessoal-chave da Administração ou a outras partes relacionadas.

### a.2) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
<b>Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva</b>		
Remuneração Fixa	1.227	961
Remuneração Variável	147	96
Outras	577	563
<b>Total</b>	<b>1.951</b>	<b>1.620</b>

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2022, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$622 (30/09/2021 - R\$352).

### b) Operações de Crédito

O Banco RCI Brasil poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco RCI Brasil, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

- I. Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- II. Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- III. Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- IV. Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- V. Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- VI. Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- VII. Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- VIII. Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

### c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

### d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Abaixo estão demonstrados as principais transações e saldos com Pessoal Chave da Administração e demais partes relacionadas:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/09/2022	31/12/2021	01/01 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2021
<b>Disponibilidades</b>	<b>64.175</b>	<b>4.934</b>	-	-
Banco Santander(3)	64.175	4.934	-	-
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>78.000</b>	<b>27.000</b>	<b>12.137</b>	<b>4.225</b>
Banco Santander(3)	78.000	27.000	12.137	4.225
<b>Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria</b>	<b>863.949</b>	<b>676.979</b>	<b>79.966</b>	<b>17.838</b>
FIDC Venda de Veículos(9)	863.949	676.979	79.966	17.836



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

FIDC Venda de Veículos(9)	-	-	-	2
<b>Operações de Crédito</b>	<b>9.213</b>	<b>8.630</b>	<b>55.773</b>	<b>26.604</b>
Renault do Brasil S.A.(4)	3.351	2.820	16.594	9.254
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.(4)	940	683	7.066	3.225
Nissan do Brasil S.A.(4)	4.922	5.127	32.114	14.125
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas(6)(10)</b>	<b>20.828</b>	<b>17.718</b>	<b>82.712</b>	<b>111.601</b>
Renault do Brasil S.A.(4)	14.073	15.946	79.295	95.013
Nissan do Brasil S.A.(4)	6.755	1.660	2.536	15.950
FIDC Venda de Veículos(9)	-	-	349	181
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	-	112	532	457
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>3.064.477</b>	<b>(2.761.443)</b>	<b>(233.066)</b>	<b>(144.513)</b>
Banco Santander(3)	3.064.477	(2.761.443)	(233.066)	(144.513)
<b>Recursos de Aceites Cambiais</b>	<b>188.289</b>	<b>(366.187)</b>	<b>(26.339)</b>	<b>(10.247)</b>
Corretora de Seguros RCI Brasil S.A.(8)	129.173	(206.485)	(15.004)	(2.914)
RCI Brasil Serviços e Participações Ltda.(4)	41.555	(142.377)	(8.524)	(4.358)
Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda.(8)	17.561	(15.647)	(1.438)	(354)
FIDC Venda de Veículos (9)	-	(1.678)	(1.373)	(2.621)
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>(8.103)</b>	<b>(10.615)</b>	<b>(46.688)</b>	<b>(49.684)</b>
Banco Santander(3)	-	-	(8.142)	(9.171)
RCI Banque(1)(3)	(4.175)	(1.535)	(2.640)	(6.918)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.(1)(5)	(1.407)	(1.060)	(12.383)	(9.598)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(2.521)	(8.020)	(23.523)	(23.997)
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(45)</b>	<b>(45)</b>	<b>(2.311)</b>	<b>(2.035)</b>
Pessoal Chave da Administração	-	-	(1.951)	(1.620)
Santander Tecnologia e Inovação Ltda	-	-	-	(33)
Renault do Brasil S.A.(4)	(28)	(27)	(239)	(213)
Nissan do Brasil S.A.(4)	(17)	(18)	(121)	(169)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Cessão de crédito para FIDC RCI Brasil I e FIDC RN Brasil.

(3) Controladores da Companhia (Nota 16.b).

(4) Coligadas da controladora RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

(7) Subsidiária do controlador Banco Santander.

(8) Controladas da controladora RCI Banque.

(9) Fundos de Investimento dos quais o Banco RCI Brasil possui 100% das cotas subordinadas.

(10) Valores registrados nas rubricas Rendas a Receber e Outros Créditos – Diversos

## 18. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Tarifas de Cadastro em Operações de Crédito	14.448	34.858	11.729	39.701
Outras	1.629	4.263	1.427	4.269
<b>Total</b>	<b>16.077</b>	<b>39.121</b>	<b>13.156</b>	<b>43.970</b>

## 19. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Serviços do Sistema Financeiro	4.565	13.083	4.861	14.958
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	14.328	41.796	31.481	54.566
Propaganda e Publicidade	17.477	44.638	19.181	38.045
Convênio Operacional Aymoré Financiamentos	4.161	12.383	3.149	9.598
Convênio Operacional RCI Banque	600	2.640	837	6.918
Serviços de Processamento de Dados	7.090	20.943	6.342	20.751
Transportes e Viagens	467	1.254	140	333
Outras	2.616	7.191	3.444	8.214
<b>Total</b>	<b>51.304</b>	<b>143.928</b>	<b>69.435</b>	<b>153.383</b>



\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

## 20. Outras Receitas Operacionais

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Reversão de Provisões Operacionais - Cíveis	11.773	20.286	(1.205)	-
Atualização de Depósitos Judiciais	3.658	7.572	2.210	2.637
Atualização de Impostos a Compensar	3.237	5.433	(9.528)	839
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	3.885	10.961	(17.603)	7.035
Recuperação de Encargos e Despesas(1)	15.379	42.051	34.620	37.676
Reversão de Provisão P/IRPJ E CSLL	168	15.353	16.038	16.038
Outras	(1.765)	470	284	643
<b>Total</b>	<b>36.335</b>	<b>102.126</b>	<b>24.816</b>	<b>64.868</b>

(1) Trata-se basicamente de recuperações de encargos relacionados a carteira de créditos.

## 21. Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	15.910	46.902	19.392	44.464
<b>Provisões Operacionais</b>				
Cíveis	6.209	15.370	9.660	15.327
Fiscais	1.495	3.523	980	6.157
Trabalhista	978	5.034	488	2.050
Gastos com Cobrança de Contratos em Atraso	16.376	38.383	10.968	17.343
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	809	2.103	535	1.623
Atualização Monetária Contingência Fiscal	3.397	10.978	1.156	2.337
Outras	430	2.215	2.342	2.808
<b>Total</b>	<b>45.604</b>	<b>124.508</b>	<b>45.521</b>	<b>92.109</b>

## 22. Resultado Não Operacional

	01/07 a 30/09/2022	01/01 a 30/09/2022	01/07 a 30/09/2021	01/01 a 30/09/2021
Resultado com Bens não de Uso Próprio	407	1.353	1.265	13.013
Perdas de Capital	(4)	(10)	2	(168)
<b>Total</b>	<b>403</b>	<b>1.343</b>	<b>1.267</b>	<b>12.845</b>

## 23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, o Banco RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado ao Banco RCI Brasil é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas Demonstrações Financeiras, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, referente ao período findo em 30 de setembro de 2022, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### d) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco RCI Brasil monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

*\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

O Banco RCI Brasil mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

\*\*\*\*\*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **Presidente**

Jean-Marc Marie Bernard Saugier

### **Suplente do Presidente do Conselho**

João Miguel dos Santos Leandro

### **Conselheiros Efetivos**

Angel Santodomingo Martell  
Andre de Carvalho Novaes  
Cezar Augusto Janikian  
Jean-Philippe Jacques Maurice Valle  
José Luis Medina Del Rio

### **Conselheiros Suplentes**

Denis Ferro Junior  
Roberto Alexandre Borges Fischetti  
Ricardo Olivare de Magalhães  
Rosano Ouriques  
Murilo Azevedo Bruno

## DIRETORIA

### **Diretor Presidente e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

### **Diretor de Relações Institucionais**

Cezar Augusto Janikian

### **Diretor Administrativo Financeiro**

Rosano Ouriques

### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

## CONTADOR

Diego Santos Almeida – CRC N° 1SP 316054/O-4

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração dos resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

#### **Diretor Presidente e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

#### **Diretor Administrativo Financeiro**

Rosano Ouriques

#### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

#### **Diretor de Relações Institucionais**

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 11 de novembro de 2022.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

### **Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria do Banco RCI Brasil S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 30 de setembro de 2022, sobre as Informações Trimestrais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração de resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei das Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentação e legislação aplicáveis.

Membros da Diretoria da Companhia:

#### **Diretores Presidentes e Geral**

Jean-Philippe Jacques Maurice Vallee

#### **Diretor Administrativo Financeiro**

Rosano Ouriques

#### **Diretor de Risco**

Murilo Azevedo Bruno

#### **Diretor de Relações Institucionais**

Cezar Augusto Janikian

Curitiba, 11 de novembro de 2022.